

MALHARIA MAJU S/A. - Caixa Postal, 427

PORTE PAGO



Blumenau

em cadernos

TOMO XII - ★ ABRIL DE 1971 ★ - Nº. 4

CANTO DOS COOPERADORES

Esta publicação pode sobreviver graças
à generosa contribuição dos seguintes
cooperadores

Cremer S/A. - Produtos Têxteis e Cirúrgicos

Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A

Tabacos Blumenau S/A.

Indústrias Têxteis Companhia Hering S/A.

Artex S/A.

Dr. Henrique Hacker - Blumenau

José Sanches Júnior - São Paulo

Prefeitura Municipal de Blumenau

Companhia de Cigarros Souza Cruz

Emprêsa Industrial Garcia S/A.

Arthur Fouquet - Blumenau

Banco Brasileiro de Descontos S/A,

Tecelagem Kühnrich S/A.

Electro Aço Altona S/A.

Distribuidora Catarinense de Tecidos S/A.

Blumenau

em cadernos

TOMO XII

Abril 1971

Nº. 4

O POETA QUE MORREU NO DESTÊRRO

ALTINO FLÔRES

Breve e lastimavelmente tormentosa foi a vida do poeta e jornalista José Rivera Indarte. Nascido em incerto dia - 13? ou 14? ou 18? - de agosto de 1814 na cidade argentina de Córdoba, veio a capital catarinense em 1844. Seu pai foi o intrépido coronel Indarte, o qual, por ordem de Liniers, quando das invasões inglesas, canhoneou Santo Domingo.

Sem grande aplicação, embora dotado de vivacíssima inteligência, estudou Latinidade e Filosofia em Buenos Aires, pouco aproveitando nas aulas universitárias, que desertou, para começar a enaltecer pelas colunas da *Gaceta Mercantil* as personalidades políticas de Juan Manuel Rosas, governador de Buenos Aires, e Frutuoso Rivera, presidente do Uruguai.

Aos 18 anos, partiu para Montevideu, ali fundando *El Investigador*, que dentro em pouco desaparecia. Passou a redigir a *Revista de Montevideu*, de que por fim se afastou, voltando a Buenos Aires e recomeçando, já em prosa, já em

verso, as desmarcadas louvaminhas a Rosas, eleb citada *Gaceta Mercantil*.

Transcorrido algum tempo, surgiram suspeitas de que estivesse em conivência com os imigrados anti-rosistas de Montevideu. Duas vezes prêso, foge e embarca para os Estados Unidos. Atacado de varíola durante a viagem, conheceu a miséria e viu de perto a morte. Interessado pelas prisões norte-americanas, pensou em estudar-lhe a organização, mas desistiu do intento.

De volta a Montevideu, achegou-se ao grupo dos imigrados e entrou a vituperar com desatinada violência o ditador argentino, a quem dirigira antes as mais festivas rimas:

"Oh gran Rosas tu pueblo quisiera"
"mil laureles poner a tus pies".

"Que el gran Rosas preside a su pueblo"
"y el destino obedece a su voz".

Nas páginas de *El Nacional* tinha êle a sua flamejante trincheira; e foi nas oficinas dêsse periódico

montevideano que fêz imprimir o seu tremendíssimo panfleto *Es acción santa matar a Rosas*.

Estranhavam os imigrados tamanha exaltação, chegando alguns a desconfiar da sua sinceridade. Porém, Rivera Indarte sòmente se deteve quando se lhe esvaíram as energias físicas irreparavelmente consumidas pela impetuosa faina jornalística, sobrevindo-lhe grave afecção pulmonar.

Em busca de menos agreste clima sob céu tropical, partiu da capital uruguaia com destino ao Rio de Janeiro. Sentindo-se pior ali, regressa a Montevidéu. Tão enfraquecido devia achar-se ao aportar à Ilha de Santa Catarina, que não prosseguiu viagem. Entretanto, grande terá sido o seu contentamento ao encontrar um pugilo de compatriotas seus, que aí modestamente viviam com o pensamento prêso à pátria querida, assolada pela mazorca rosista.

Provavelmente em casa do emigrado Julián Paz, na acanhada cidadezinha do Destêrro, que naquele tempo nem sequer tinha mercado público e era apenas alumada por cêrca de cinquenta lâmpões de azeite de peixe dependurados às esquinas das lamacentas ruas, recebeu Rivera Indarte compassiva acolhida, sendo assistido pelo médico seu compatricio Dr. Montes de Oca.

Na realidade, o desconôrto, as privações, a carência de medicamentos adequados, as úmidas frialdades do inverno ilhéu só tinham de fatalmente, agravar o morbo que lhe solapava os pulmões. De fato, a 19 de agosto de 1844, expirava êle, contando apenas trinta anos de idade.

O eminente polígrafo Prof. Ricardo Rojas, altíssimo luminar da Cultura argentina, que nos pro-

porcionou elementos para êste artigo, transcreve um trecho de carta de Julián Paz, que traduzimos assim: «Venho de conduzir ao cemitério o desgraçado Indarte. Foi acompanhado por todos os compatriotas e amigos da causa aqui residentes. Sua sepultura fica bem marcada para quando chegar o momento de transladar seus restos para Buenos Aires, conforme êle me pediu e eu lhe prometi. Montes de Oca autopsiou o cadáver, e todos nós vimos o pulmão direito inteiramente supurado e o esquerdo também afetado; porém não tanto quanto o outro».

È de estranhar que se tenha julgado necessário autopsiar o cadáver do mal aventurado poeta, evidentemente vitimado por tuberculose. Além disso, de que petrechos técnicos se teria servido o Dr. Montes de Oca para realizar a necrópsia? Admissível será, talvez, a hipótese de que êle, médico que era, os houvesse trazido consigo ao buscar asilo no estrangeiro. Mas, em que lugar teria sido levada a efeito a operação autóptica? Na residência de Julián Paz não cremos fôsse possível; no «Hospital dos Pobres da Caridade», inaugurado em 1789, também não é crível, visto como em 1884, ano em que o poeta faleceu, já se encontrava quase em ruínas. Haverá, porventura, respostas para essas questões... de lana-caprina. Confessamos desconhecê-las.

O cemitério onde Rivera Indarte foi inumado deve ter sido o que o Presidente da Província Marechal Antero José Ferreira de Brito mandara localizar no terreno com o qual defronta hoje a cabeceira leste da Ponte Hercílio Luz e que fôra adquirido por compra baseada na lei provincial nº. 157 de 22 de abril de 1840. Não

há, porém, notícia de que a sepultura do poeta permanecesse assinalada naquele antigo cemitério da capital catarinense, nem que algum dia os seus despojos tenham sido trasladados, como era desejo seu, para a pátria distante.

Contraditórios são os juízos formulados a respeito do caráter de Rivera Indarte por contemporâneos seus. Vicente Fidel López, por exemplo, qualifica-o de “canalha covarde, hipócrita, ratero”; Bartolomeu Mitre, pelo contrário, considerava-o “modesto, docil, sesible”, e, nove anos após o seu falecimento, reuniu, prefaciou e deu à estampa as “*Poesias de José Riveira Indarte*” (Buenos Aires, “Impreta de Mayo”, 1853).

Na esfera literária, é como prosista ou, mais pròpriamente, como libelista político, que seus méritos avultam; porquanto, como poeta, rimou pedestremente, em geral, sem grande elevação nem maior elegância. Leitor assíduo da Bíblia, encontrou nela inspirações para as suas *Melodias hebraicas*, nas quais já houve quem quisesse rastrear influências das *Hebrew melodies*, de Byron, Menendez y Pelayo não o incluiu na sua extensa *Antologia de poetas hispanoamericanos*, onde, no entanto, figuram outros de menos altos coturnos.

Porém, Cordova, sua cidade natal, tomou-lhe com justo orgulho o nome e insculpiu-o na frontaria do seu maior teatro.

—X—

Neste ano, transcorrerá o centenário de um dos dispositivos legais que mais contribuíram para a extinção da escravatura no Brasil. Trata-se da lei nº. 2030 de 28 de setembro de 1871. Êsse ato do govêrno imperial declarou livres os filhos de mulher escrava. Ê, por isso, conhecida por «Lei do Ventre Livre». Naturalmente, a data não passará sem as comemorações que merece pelo seu grande significado humano e cristão.



Em 1863, havia cinco linhas postais em Santa Catarina. A primeira, da capital (Destêrro) até São Francisco (33 léguas) que era feita pelo estafeta quatro vêzes por mês. A segunda com 5 léguas de São Francisco até a Colônia Dona Francisca (Joinville) 4 vêzes por mês. A terceira, da capital até Laguna, 25 léguas, que era feita também quatro vêzes por mês. A quarta de Laguna até Torres, 30 léguas, feita quatro vêzes por mês e finalmente a quinta da Capital até Lages, 48 léguas, feita apenas uma vêz por mês.

ARMAS DE ASCURRA

Edison Mueller

Ascurra, no vale no rio Itajaí-açú, até 1963 constituía distrito do Município de Indaial. Nesse ano, através da Lei estadual nº 878, de 1º de abril, ocorreu o desmembramento e Ascurra passou a ser um novo município.

Poucos anos depois, em princípios de 1970, o Prefeito Gelindo Testoni, animado quicá pelo exemplo de Balneário Camboriú, decidiu instituir as armas de Ascurra, encarregando de tomar as providências necessárias ao sr. José Scalabrino Finardi, dedicado colaborador do município. Este consultou logo em Blumenau ao douto historiador Prof. J. Ferreira da Silva que, conhecedor dos nossos estudos de Heráldica, imediatamente nos confiou a execução do projeto. Após a imprescindível pesquisa histórica, estabelecemos os motivos básicos para as armas de Ascurra, que foram aceitos por ambos, e preparamos então o respectivo projeto.

A composição definitiva, depois de haver sido apreciada pelo Prefeito Gelindo Testoni, foi submeada, em 8 de agosto de 1970, aos membros da Câmara Municipal de Ascurra. Depois de cuidadosamente examinado nas semanas subseqüentes, o projeto foi finalmente aprovado em sessão solene realizada no recinto da Câmara em 7 de dezembro de 1970, data consagrada ao padroeiro do Município, Santo Ambrósio.

A instituição definitiva das armas do Município de Ascurra ocorreu através da Lei nº 130/70, cu-

jo teor é o seguinte:

«GELINDO TESTONI, Prefeito do Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que, em consonância com a faculdade concedida na Constituição Federal de os Municípios terem símbolos próprios, a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Ficam instituídas as

Armas deste município que conforme modelo e descrição anexos, têm o seguinte brasonamento:

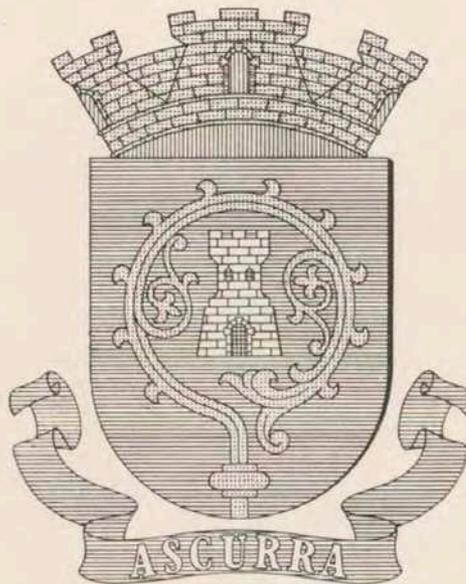
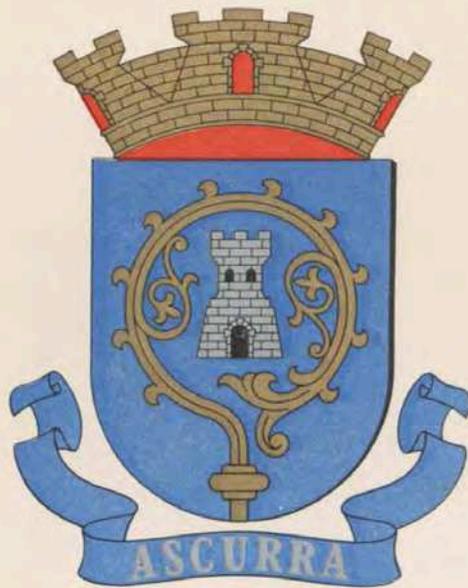
«Escudo português; de blau uma torre de prata, aberta e iluminada de sable, em abismo, inclusa na voluta de um báculo episcopal de ouro, em pala, movente da ponta. Coroa mural de ouro forrada de goles, de quatro torres, cada uma com três ameias e sua porta também aberta de goles. Divisa: «ASCURRA» de prata em listelde blau».

ARTIGO 2º - É obratório o uso

das Armas do Município nos papéis de expediente da Prefeitura e da Câmara Municipal em tôdas as publicações de caráter oficial; bem como em todos os próprios municipais e veículos motorizados pertencentes à Prefeitura.

§ único - Os atuais papéis de expediente da Prefeitura e da Câmara serão utilizados até sua extinção.

ARTIGO 3º - Nas reproduções monocromáticas, as Armas ora instituídas deverão ter seus esmaltes (metais e côres) indicados segundo



Cortesia da Prefeitura Municipal de Ascurra

Desenho de Edison Mueller

as respectivas convenções heráldicas universalmente adotadas.

ARTIGO 4º. - É vedado o uso das Armas de Ascurra sem prévia autorização do Prefeito Municipal, sob pena de multa a ser fixada. Os objetos contendo reprodução dêsse emblema feita em desacôrdo com os modelos legais serão apreendidos e incinerados pelo Poder Público Municipal competente.

ARTIGO 5º. - É igualmente proibido que se apresente ou se trate com desrespeito o mesmo símbolo municipal, sôbre o qual é vedado colocar inscrições impróprias.

ARTIGO 6º. - É obrigatório o ensino do desenho das Armas do Município em todos os estabelecimentos públicos municipais ou particulares de ensino primário e secundário ou normal.

ARTIGO 7º. - É o Poder Executivo autorizado a tomar tôdas as providências necessárias à reprodução e divulgação do precitado símbolo do Município de Ascurra.

ARTIGO 8º. - Fica o Chefe do Executivo municipal autorizado a abrir crédito especial para cobertura das despesas oriundas desta Lei.

ARTIGO 9º. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Ascurra, 7 de dezembro de 1970

(a) Gelindo Testoni

Prefeito Municipal

ANEXO da Lei nº. 130/70, de

7/12/1970, que institui as Armas de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

BRASOMENTO

Escudo português; de blau uma tôrre de prata, aberta e iluminada de sable, em abismo, inclusa na voluta de um báculo episcopal de ouro, em pala, movente da ponta.

Coroa mural de ouro forrada de goles, de quatro tôrres, cada uma com três ameias e sua porta também aberta de goles. Divisa: «ASCURRA» de prata em listel de blau.

ELUCIDAÇÃO HERÁLDICA

ESCUDO PORTUGUÊS

Também chamado entre outras designações *ibérico* (1) e *boleado* (2) com sua ponta formada por um semicírculo, porque êsse, de singela feição e caracteristicamente pininsular, de uso intenso na Idade Média e em Portugal mormente à época do descobrimento e da colonização do Brasil, no consenso dos nossos heraldistas é o melhor indicado para as nossas cidades. Na Heráldica brasileira êle evoca a origem da nossa raça, para cuja formação contribuiu o português como elemento étnico primordial. (3)

DE BLAU

Isto é, de azul, porque esta côr, sendo a do céu, simboliza tôdas as idéias que consideramos elevadas: constância, amor da pátria, devoção, fidelidade, nobreza e propósitos altos e sublimes. (4)

UMA TORRE

Característica obra arquitetônica de fortificação, que tanto pode rematar os castelos ou em número se encontram a proteger-lhes

os ângulos, como pode ser uma construção isolada, normalmente de forma cilíndrica, ameiada no alto, com porta e duas frestas. (5) Sempre é *lavrada*, isto é, tem as juntas de alvenaria (ou arestas da pedraria que a compõe) marcadas geralmente de *sable* (negro) (6), razão por que nenhuma referência ao fato é necessária neste brasoamento. O número de ameias das torres, vulgarmente, é de tres. (7)

DE PRATA

Que simboliza a amizade, a equidade e a pureza de sentimentos (8), atributos condizentes com o espírito do povo do Município de Ascurra.

ABERTA E ILUMINADA DE SABLE

Significa que como são de esmalte diverso (*sable* ou negro) do esmalte da construção (prata) em que se encontram, partes da torre devem ser especificadas no brasoamento. Assim, a porta diz-se *aberta* e as duas frestas *iluminadas*, desse esmalte. (9)

EM ABISMO

Ou seja, apesar de estar colocada no centro do escudo, a figura descrita tem dimensões menores do que a outra que a acompanha. (10)

INCLUSA NA VOLUTA

Quer dizer, a torre se encontra dentro (11) da extremidade superior, curvada em forma de espiral da peça a ser descrita a seguir.

DE UM BÁCULO EPISCOPAL DE OURO

Em Heráldica, o brasão é des-

crito sempre da posição de algum cavaleiro que acaso segurasse o escudo hipoteticamente voltado para o observador. Por conseguinte, seu aparente lado esquerdo é de fato sua *destra*; e o lado direito, *sinistra*. (12) Além disso, o báculo, que simboliza a autoridade e a missão pastoral dos bispos e abades (13), admite duas posições, sobretudo exteriores ao escudo (14): se é de ouro (15) e tem a voluta curvada para a sinistra, é um *báculo episcopal* (16); se é de prata (17) e tem a voluta curvada para a destra, é um *báculo abacial* (18).

O báculo é, com o pálio, provavelmente a mais antiga insígnia eclesiástica. O comentador do Cerimonial dos Bispos afirma que já no século IV era ele considerado como a insígnia de jurisdição episcopal. Isidoro de Sevilha (560-636) menciona-o como um símbolo do poder governamental dos bispos, enquanto no 4º Sinodo de Toledo (em 633), o báculo foi citado como símbolo do bispo. É certo ainda que, depois do século VII, os abades também passaram a usá-lo (19)

EM PALA

Significa que a figura precitada está colocada no meio do escudo, em posição vertical. (20)

MOVENTE DA PONTA

Quando a figura entra no escudo por um de seus lados, ângulos ou bordos, deixando sempre invisível uma parte de seu todo, como no presente caso, em que surge de sua parte inferior, diz-se *movente*. (21)

Como ornamentos externos do brasão propriamente dito, encontramos:

COROA MURAL DE OURO

que é o emblema privativo e consagrado das municipalidades e de sua autonomia administrativa. (22) De acôrdo com o uso heráldico, tanto a muralha como suas tôrres são lavradas isto é, têm as juntas de alvenaria marcadas perfeitamente de *sable* (negro), razão pela qual, como já afirmamos, é dispensável anunciar tal detalhe.

FORRADA DE GOLES

ou seja, a superfície interior da coroa tem côr diferente da exterior e, no caso, é esmaltada de *goles* (vermelho). As coroas heráldicas, como assinalou com precisão o insigne mestre e pesquisador infatigável Émile Gevaert, deixam entrever, com raras exceções, seu fôrro vermelho. (23)

DE QUATRO TÔRRES

apresentadas de conformidade com a perspectiva, isto é, duas tôrres visíveis: uma no centro e meia de cada lado. (24)

CADA UMA COM TRÊS AMEIAS E SUA PORTA

De acôrdo com a usança generalizada na armaria. (25)

ABERTA DE GOLES

significa que as portas têm coloração diferente das respectivas tôrres, dizendo-se por isso *abertas* e revelam o interior da coroa mural e seu fôrro - vermelho, logicamente.

DIVISA: "A S C U R R A"

De prata, em listel de *blau* (azul), porque, como ensina o douto mestre Jouffroy d'Eschavannes, «as divisas devem ser sempre gra-

vadas com letras de metal sôbre listão de côr, tomados um e outro das côres do brasão». (26)

SIMBOLOGIA

Em Santa Catarina, a colonização do vale do Itajai se efetuou durante cerca de vinte e cinco anos seguidos (1850 e 1875) quase que exclusivamente por imigrantes provenientes da Europa Central, sobretudo de origem teuta. A partir de 1874, porém, em decorrência da execução do contrato celebrado entre o Governo imperial e Joaquim Caetano Pinto Júnior, começaram a vir para esta região os primeiros imigrantes aliciados pelos agentes daquele contratante na Itália e no Tirol austriaco. (27)

Por êsse tempo, e aguardando justamente a intensificação da imigração em decorrência daquele contrato, a direção da Colônia Blumenau acelerou a demarcação e divisão de lotes de terras nos vales dos rios Benedito e Cedros e seus afluentes, dos ribeirões Diamante, São Paulo, Guaricanas e outros, tributários do Itajai-açu. Às povoações então demarcadas foram dados nomes relacionados com as vitórias das forças brasileiras na guerra contra o ditador paraguaio Solano Lopez, guerra que, havia poucos anos, terminara e cujos principais feitos estavam ainda bem vivos na lembrança de todos. Assim, a povoação localizada às margens do ribeirão São Paulo, cujos lotes haviam sido distribuídos a famílias italianas em 1876, foi denominada ASCURRA. (28) O nome recorda a localidade fortificada por Solano López e seu quartel-general, já na última fase da Guerra do Paraguai, situada numa elevação es-

carpada e íngreme da serra de Ibitirapé, onde os exércitos aliados, graças a estratégia do Conde d'Eu e do General Osório, obtiveram decisiva vitória em agosto de 1869. (29)

Fruto do seu natural desenvolvimento, anos mais tarde, com a criação da Diocese de Santa Catarina, Ascurra foi elevada em 1912 à condição de paróquia, sob a invocação de SANTO AMBRÓSIO, glorioso padroeiro a quem se dedicara uma capela nos primórdios da colonização do município. (30)

Santo Ambrósio (31), como se recorda, nasceu em Trêves, na Gália, provavelmente em 340. Depois de estudar leis em Roma, foi nomeado governador das províncias italianas de Ligúria e Emília, cuja capital era Milão. Ali, graças a sua eloquência e habilidade, conseguiu pôr termo às desavenças religiosas que dividiam a população da cidade, quando vacante em 374 sua sé episcopal. Aceitou, então, atendendo a aclamação do povo, em ser o novo bispo, mas só depois de receber o batismo e sagrar-se sacerdote. O bispado era um cargo da mais alta responsabilidade, porque nessa época Milão constituía o centro da parte ocidental do Império Romano e, em conseqüência, seu bispo inevitavelmente se envolvia em política.

Ambrósio se defrontou então com problemas relevantes, com o fluxo de neoconvertidos a ser instruído no Cristianismo numa época em que o paganismo ainda estava muito difundido, e numerosos cristãos aderiam ao arianismo que possuía seguidores até na alta administração do império. É precisamente como bispo que êle manifesta em tôda a plenitude

suas admiráveis virtudes. A firmeza apostólica na defesa da fé, a energia inconfundível e a universalidade dos conhecimentos humanos tornaram-no um dos grandes vultos da história da Igreja.

A converção de Santo Agostinho é uma glória de seu apostolado. Santo Ambrósio, cuja festa se comemora no dia 7 de dezembro, é também o padroeiro da cidade de Milão. (32).

São êstes justamente os fatos históricos recordados nas Armas municipais de Ascurra:

- a **tôrre**, característica obra arquitetônica militar, lembra a origem do nome do município, uma localidade fortificada do Paraguai, palco de notável vitória das tropas aliadas, mormente brasileiras, na guerra contra o ditador Solano Lopez; e - o **báculo episcopal** lembra a atividade pastoral do insigne taumaturgo escolhido como orago do Município; e, ao mesmo tempo tempo, por sua posição envolvendo a tôrre, alude à proteção invocada por Ascurra a Santo Ambrósio, bispo e Doutor da Igreja.

Está assim perfeitamente elucidado o emblema distintivo que, em sua singela composição, simboliza de modo eloqüente o Município de ASCURRA — e de acordo com a melhor tradição heráldica, porque a simplicidade das armas é o principal elemento da sua maior distinção e da sua maior nobreza.

(a) Edison Mueller, heraldista.
NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - Gastão de Mello de Matos e Luis Stubbs Saldanha Monteiro Bandeira, «Heráldica»; Editorial Verbo Ltda., Lisboa, 1969; volume I, p. 63/64.
- 2 - Antônio Machado de Faria, «Vocabulário Heráldico» in

- «Armorial Lusitano»; Editorial Enciclopédia Ltda., Lisboa. 1961; p. 600.
- 3 - Aristides Monteiro de Carvalho e Silva e Roberto Thut, «A Pedra d'Armas de Campinas» in «Revista do Arquivo Municipal», São Paulo; outubro de 1936 (ano II, nº 29), p. 46.
- 4 - Piero Guelfi Camajani, «Dizionáris Araldico»; Ulrico Hoepli, editore, Milano, 1940; p. 64.
- 5 - Armando de Mattos, «Manual de Heráldica Portuguêsa»; Livraria Fernando Machado, Porto; 3ª edição, s/d (1961); p. 132.
- 6 - Armando de Mattos, op. cit., p. 98
- 7 - Armando de Matos, op. cit., p. 99.
- 8 - Piero Guelfi Camajani, op. cit., p. 51.
- 9 - Armando de Mattos, op. cit., p. 88 e 98.
- 10 - Antônio Machado de Faria, op. cit., p. 579 — Armando de Mattos, op. cit., p. 88.
- 11 - Armando de Mattos, op. cit., p. 145.
- 12 - F. P. de Almeida Langhans, «Heráldica - Ciência de Temas Vivos»; ed. Gabinete de Heráldica Corporativa, Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, Lisboa, 1966; p. 69 - Geneviève d'Hacourt e Geoges Durivault, «Le Blason»; Presses Universitaires de France, Paris, 1965; col. «Que sais-je?». vol. 336, p. 50 — E demais heraldistas citados nesta bibliografia.
- 13 - Henry J. MacCloud, A. B. (Rev.), «Clerical Dress and Insignia of the Roman Catholic Church»; The Bruce Publishing Company, Milwaukee, 1948; p. 139.
- 14 - P.-B. Gheusi, «Le Blason - Traité Complet de la Science des Armoiries»; Henri Lefebvre ed., Paris, s/d (1933); p. 336.
- 15 - Piero Guelfi Camajani, op. cit., p. 413.
- 16 - P.-B. Gheusi, op. cit., *ibidem* — Piero Guelfi Camajani, op. cit., p. 413 — Henry J. MacCloud, op. cit., p. 160 — F. P. Almeida Langhans, op. cit., p. 393.
- 17 - Piero Guelfi Camajani, op. cit. p. 413.
- 18 - P.-B. Gheusi, op. cit., *ibidem* — Piero Guelfi Camajani, op. cit., p. 413 — Henry J. MacCloud, op. cit., p. 162 — F. P. Almeida Langhans, op. cit., p. 393.
- 19 - Bruno Bernard Heim, «Coutumes et Droit Héraldiques de l'Église»; Beanchesne (ed.), Paris, 1949; p. 75 — Na idealização do báculo contido no brasão de Ascurra utilizamos motivos de um báculo renascentista do século 15 existente no «Museu Sacro», cf. W. F. Volbach, «Itinerário», Biblioteca Apostólica Vaticana Museo Sacro, vol. III; Città del Vaticano, 1938; p. 26 e 56 (fig. 17).
- 20 - Ou seja, na mesma posição de uma «pala», peça honrosa de primeira ordem.
- 21 - Armando de Mattos, op. cit., p. 145.
- 22 - Aristides Monteiro de Carva-

- lho e Silva e Roberto Thut, op. cit., p. 53 - Guilherme de Almeida, nos projetos para as armas das cidades de São Paulo e Petrópolis, *apud* Clóvis Ribeiro, «Brasões e Bandeiras do Brasil»; São Paulo Editora Ltda.; São Paulo, 1933 p. 199 e 277.
- 23 - *Apud* Aristides Monteiro de Carvalho e Silva e Roberto Thut, op. cit., p. 53.
- 24 - Clóvis Ribeiro, op. cit., *ibidem*.
- 25 - Clóvis Ribeiro, op. cit.; *ibidem* — Armando de Mattos, op. cit., p. 99.
- 26 - *Apud* Aristides Monteiro de Carvalho e Silva e Roberto Thut, op. cit.; p. 59 - Clóvis Ribeiro, op. cit., p. 202.
- 26 - J. Ferreira da Silva, «Ascurra», artigo na revista «Blumenau em Cadernos», Blumenau abril de 1970; p. 61.
- 28 - J. Ferreira da Silva, op. cit.; p. 61 e 62.
- 29 - «Enciclopédia Brasileira Mérito»; Editora Mérito S. A., São Paulo, 1957; volume 2. p. 416.
- 30 - J. Ferreira da Silva, op. cit., p. 64.
- 31 - Donald Attwater, «The Penguin Dictionary of Saints»; Penguin Books Ltd., Harmondsworth (U.K.); 2a. edição, 1966; p. 43/44.
- 32 - «Enciclopédia Brasileira Mérito», precitada; volume 1, p. 557. — (Anônimo), «Santo Ambrósio, bispo e doutor», na seção «Vida católica», in «Jornal do Comércio», Rio de Janeiro, edição de 7-12-1934 p. 11 — Campos Góes (Padre) «Os Santos do Ano»; Edições Rumo S. A., Rio de Janeiro; 2a. edição, 1962; p. 259/260.

—X—

EM 2 de abril de 1892, a Câmara Municipal de Blumenau, em memorável sessão, resolve, por unanimidade, resistir às ordens do Governo do Estado que havia demitido o Superintendente e os Conselheiros Municipais, resolvendo êles que sòmente à força, abandonariam seus cargos.

—X—

Exatamente a 2 de abril de 1857, o dr. Blumenau mandou demarcar os terrenos entre os ribeirões Gaspar, Grande e Pequeno, para a igreja católica da Freguesia e respectivo cemitério. Os terrenos são os mesmos em que, ainda hoje, estão a matriz e o cemitério da vizinha cidade.

“TIA MENTINA”

Por Gustavo Konder

O meu saudoso avô materno - Alexandre J. Régis (Xandóca), além de possuir alguns irmãos, tinha uma irmã chamada Clementina, talvez a mais moça de tôdas. Era solteirona e residia há muitos anos em Joinville como costureira de algumas famílias respeitáveis.

Quando nós ainda éramos meninos, não a conhecíamos, mas, um belo dia, apareceu em Itajaí, implorando amparo aos meus bondosos pais, para os seus últimos anos de vida, já que os meus avós maternos haviam falecido. A minha saudosa mãe, piedosamente humanitária, acolheu-a, alojando-a no sobrado, ao lado do meu inesquecível quarto. O seu quarto era mobiliado com uma cama de ferro, uma cômoda com três gavetas grandes, um lavatório de ferro, e uma mesinha para a sua máquina de costura de mão.

A «tia Mentina», como a apelidamos, era uma mulher franzina, sempre rigorosamente vestida de prêto, à moda antiga, com uma saia comprida e rodada, aparecendo apenas as pontas dos seus sapatinhos pretos e caprichosamente engraxados. Usava invariavelmente um camafeu escuro e oval, preso no alto de um jabot rendilhado, igualmente prêto. Era o seu único enfeite. O penteado fazia-o em bandós com um pequeno cóque na nuca.

Instalada no seu confortável

quarto, a tia Mentina passava os dias em silêncio remendando as suas roupas muito usadas. Os remendos eram verdadeiras obras de arte. Fazia colchas de retalhos de muitas côres, que ficavam maravilhosas. Os minúsculos pedacinhos eram de 3x8 ou 5x12 cms., de acôrdo com a sua imaginação. (Atualmente estas colchas estão em grande moda).

Vivia sempre fechada e detestava a presença de crianças. Quando sentava à mesa, justamente ao meu lado, na espaçosa sala de jantar, sòmente percebíamos a sua presença pelo tilintar de um talher que batia de leve, porém insistentemente, no prato ou no copo, etc. Às vezes chorava silenciosamente e as lágrimas deslisavam por suas faces pálidas. As minhas irmãs mais moças, sentadas no outro lado da mesa, a olhavam atemorizadas. A minha saudosa irmã Regina, a mais bonita de tôdas, vivia assustada e inventava coisas fantásticas sôbre a pobre tia Mentina, mas eu não a levava a sério.

Tôdas as tardes, deixava o seu refúgio e ia aos fundos do quintal sentar-se no banco que ficava de frente ao lago artificial e onde permanecia horas a fio, em silêncio, filosofando a sua sina misteriosa e indecifrável. (Talvez um noivo infiel ou morto, quem sabe?). Pois bem, uma bela tarde arrisquei sentar-me ao seu lado, cum-

primentando-a com um alegre «Boa tarde, tia Mentina» e ela, esboçando pela primeira vez um belo sorriso, respondeu-me agradecendo. Em seguida estabelemos uma pequena conversação sôbre coisas banais. Depois desta memorável tarde, a tia Mentina nunca mais retornou àquele lugar e isto muito me intrigou.

Um ano antes do seu falecimento, ao sair do meu quarto, certa tarde, verifiquei que a sua porta estava entreaberta e fui espia-la. Estava sentada na beira da cama de ferro com uma artistica colcha, talvez a mais bela de todas, contemplando-a extasiada a absorta. Então pedi licença e entrei, para apreciar de perto a maravilhosa obra e em seguida a pobre solteirona confidenciou-me, timidamente, que aquela colcha representava a história da sua vida e que cada retalhinho recordava «um caso seu», porém não quiz mencioná-los apesar dos meus insistentes rogos.

Um dia, na hora do almoço, verificando a ausência da tia Mentina, mamãe mandou-me para cima a fim de chamá-la e grande foi o meu susto ao vê-la deitada na cama com os olhos desmesuradamente arregalados e agonizar-

te. Imediatamente dei o alarme e as pessoas adultas subiram correndo para socorrê-la, porém já era tarde e poucos minutos depois fechava os olhos para sempre. Foi enterrada no dia seguinte com a presença de todos os parentes e de algumas pessoas das relações, principalmente de Joinville.

Passados alguns dias, a minha mãe e a tia Flôr foram ao quarto da defunta e encontraram as gavetas da cômoda cheias de lençóis, frônhas, toalhas, colchas, camisolas, trabalhadas e ricamente bordadas, calças com rendas de crochet até aos joelhos e um sem fim de camisas longas, anáguas e corpetes floreados e enfeitados de rendas, um verdadeiro tesouro engavetado, porém muito fóra da moda. Mamãe e titia então resolveram doar á uma irmã da falecida que residia em Camboriú, casada em segundas núpcias, com um homem simpático, porém muito malandro e galanteador. Quanto à famosa colcha «história da sua vida» herdei-a e com ela enfentei a minha cômoda. Anos depois, com a nossa mudança para o Rio (fins de outubro de 1930) perdi-a desastrosamente.

Até hoje me lembro com tristeza.



O governador da Capitania de Santa Catarina, coronel João Vieira Tovar e Albuquerque (1817 a 1821) tendo conhecimento das Caldas do Cubatão, quiz ali fundar uma Colônia que deveria chamar-se «Caldas do Tovar». Entretanto, nem essa colônia, nem a de Enseada das Garoupas e nem a do Itajaí resultou em algo de positivo, apesar de ter-se gasto nelas grandes somas de dinheiro, conforme afirma Paulo José Miguel de Brito na sua «Memória Histórica».

Subsídio Para A História De Itajaí

Do nosso prezado colaborador, jornalista Silveira Júnior, de Itajaí, recebemos a seguinte carta a que, com grande prazer, damos acolhida nesta edição, juntamente com a resposta do nosso diretor:

Meu caro José Ferreira da Silva:

Vou resumir bastante esta carta para ver se você poderá publicá-la no seu excelente «Blumenau em Cadernos». Ela vem a propósito da matéria estampada no «Jornal do Povo», de 27 de fevereiro, que transcreve uma carta de Gil Miranda, advogando as honras de fundador de Itajaí para Vasconcelos Drummond e da minha resposta, publicada em «O Sol de Camboriú» de 6 a 12 de março.

Reconheço que o que se segue é assunto de pouco valor histórico, mas contém um dos poucos depoimentos verbais sobre a matéria. É o seguinte:

O meu sogro Paulo Ricardo Pereira, nasceu em 1 de novembro de 1880. Tem, portanto, mais de 90 anos. É vivo, lúcido e tem uma memória fotográfica para tudo que tenha acontecido na sua juventude. Dele recolhi o depoimento que se segue:

É filho de Paulo José Ricardo, que tinha 50 anos quando o meu sogro nasceu. Desculpe as constantes repetições, mas quero ser bem claro e êsse negócio de pa-

rentesco ou tu ficas com a clareza ou com a gramática. Eu prefiro a clareza. Então continuemos:

O meu sogro tem 90 anos; é filho de Paulo José Ricardo Pereira, que tinha 50 anos quando ele nasceu. É neto de Ricardo Pereira, que o meu sogro não sabe quantos anos tinha, quando se tornou pai de Paulo José. Mas vamos supor que Ricardo Pereira tivesse 20 anos quando nasceu o pai do meu sogro. Temos aí três gerações com uma soma de idade nunca inferior a 160 anos. Isto é 90 do meu sogro, mais 50 do pai dele e mais, no mínimo 20, do avô. Pelo exposto se verificará que Ricardo Pereira (avô do meu sogro) não nasceu em época posterior a 1810.

Perguntarás com justa razão: e o que é que tem isso com a história de Itajaí? Pouca coisa, reconheço, mas que nos permite tirar certas conclusões . . . É que todos os dois (pai e avô do meu sogro) nasceram em Itaipava. Sobre isso não há a menor dúvida. Lá foram agricultores nas margens do Itajaí Mirim. O que prova

que já, no máximo, em 1810, eram povoadas as terras do Itajaí Mirim pelo menos até Itaipava. Disto poderemos tirar uma conclusão: Será que Itajaí, em 1820, dez anos depois, ainda estava entregue às baratas, esperando alguém para vir fundá-lo?

Eu reconheço que o acervo de documentos históricos que possui dispensa mais êste modesto depoimento. De minha parte não tenho a menor dúvida de que Drummond em 1820 veio para esta região tomar posse de umas terras de el-rei, acima de Itaipava, conforme o mapa que divulgaste, também nas margens do Itajaí-Mirim. Não obstante, José, quiz registrar esta declaração do meu sogro, para que a gente saiba que no comêço do século passado isto aqui já era bem povoado.

Um abraço do

SILVEIRA JÚNIOR

PS: Isto não invalida a tua sugestão para que se dê a Agostinho Alves Ramos as honras de fundador de Itajaí. Por um ato de vontade e não por um êrro historico, como se quer fazer com Drummond. Reconheço: Alves Ramos foi o primeiro homem que deu unidade ao povoado, que se interessou pela sua vida religiosa, política e administrativa. Quem levantou a primeira capela que era o simbolo da fundação usado pela gente portugêsa.

Meu caro Silveira Júnior.

Tenho escrito e falado tanto, tenho passado semanas e meses vasculhando arquivos, inclusive o Nacional, do Rio de Janeiro; tenho dado tratos à bola (ou à cuca, como é mais «pra frente») em busca de respostas lógicas a supostas

dúvidas, que já me sinto cansado de tratar dêsse bendito tema da fundação de Itajaí

A mim pouco se me dá que Itajaí tenha sido fundado por Drummond, por Alves Ramos, ou «pelo Goivara ou o João Cuca», criados pelo seu admirável senso de humor.

Mas, com a minha responsabilidade de historiador que procura ser honesto e verdadeiro em tôdas as suas afirmações, e pela grande admiração e simpatia que me prendem a Itajaí, eu me senti no dever de contestar asserções inverídicas que muito desmerecem os foros de cultura de que a cidade da foz do Itajaí Açú pode, com justiça, se orgulhar.

Sim, meu caro Silveira, até hoje não me pode entrar na cabeça como foi que se conseguiu inventar Drummond como fundador da sua cidade.

Pois, se as ordens do Ministro do Império, Villa Nova Portugal, consubstanciadas no Aviso de 5 de fevereiro de 1820, determinaram a ida de Drummond a Santa Catarina para «tomar posse de umas terras para El-Rey e fundar um estabelecimento no ITAJAHY MIRIM», certamente êle não iria desincumbir-se do encargo em outra parte e, muito menos, à foz do Itajaí Açú, cujos terrenos ribeirinhos já estavam todos, como você sabe, ocupados com moradores e culturas.

O mestre Lucas Boiteux, dando-me conhecimento do Aviso citado - que, aliás, eu já conhecia - acrescenta: «a futura povoação (que Drummond fundaria)» deveria ser chamada «São Thomaz da Villa Nova», como homenagem ao ministro acima, que referendou a nomeação e foi delineada pelo português coronel da engenharia

Antônio José Rodrigues (1774-1858), enviado a Santa Catarina incubido das obras das fortificações» . . .

Quando Drummond veio, pela segunda vez, a êste Estado (1820) para tomar posse das sesmarias por onde, hoje, se estende parte do município de Brusque, grande parcela das terras do Itajaí Açu e do Itajaí Mirim (até Taboleiro, Canhanduva e outros pontos) já tinha sido concedida e estava povoada.

Tenho, em meu arquivo, autografada pelo mestre Boiteux, uma relação de sesmarias concedidas em Itajaí no século passado e no anterior. Entre elas consta a de Alexandre de Azeredo Leão Coutinho, em 1792. Essa sesmaria situava-se na foz do Itajaí Açu, margem direita, no local do atual bairro da Fazenda, ocupado pelo requerente, proprietário de grande escravatura e muitas plantações.

Possuo outros documentos originais de medições oficiais de sesmarias, tanto nas margens do Açu quanto nas do Mirim, em datas anteriores de vinte anos do «passeio» de Drummond ao nosso Estado.

Aliás, nunca se contestou que havia muita gente povoando e cultivando as terras marginais dos dois rios. De quarenta famílias tenho documentação irrefutável, espalhadas por uma e outra margem daqueles cursos d'água. E ali, já no tempo de Drummond e bem antes, produzia-se muito milho, feijão, cana e serrava-se muita madeira. (à mão, porque o pri-

meiro engenho movido a água foi construído em 1849, em Nova Trento).

E foi, justamente, essa riqueza, a fertilidade das terras que atraiu Agostinho Alves Ramos. Êste - e eu nunca afirmei o contrário - não foi o primeiro morador da atual Itajaí. Ali, já havia vários sítios com moradores, uns mais próximos, outros mais afastados das margens do rio quando Agostinho Alves Ramos chegou no intuito evidente de formar um povoado, de agrupar os moradores esparsos, de levantar uma igreja, de lançar, afinal, os alicerces da atual e bela cidade de Itajaí.

Essa é que é a verdade. Os que a pretendem negar, baseando-se em puras razões sentimentais, prestam um desserviço à sua terra. Nunca apresentaram um único documento que comprovasse a simples estada de Drummond nas margens do Itajaí Açu.

E eu lanço daqui e por seu intermédio, meu caro Silveira Júnior, um desafio aos nossos contraditores: Tragam êles um, UM SÓ documento que forneça prova cabal da estada de Drummond, em algum tempo, no local da atual cidade Itajaí, ou de trabalhos que êle aí tivesse realizado, e eu darei, de público, a mão à palmatória. Passarei a acreditar na maior balela que já se pregou a Itajaí: a sua fundação por Vasconcellos Drummond.

Um abraço do seu ex-corde

J. Ferreira da Silva



BLUMENAU E A SUA IMPRÊNSA

LXXXII

“ A T R I B U N A ”

Com êsse título, surgiu em Blumenau outro semanário sob a direção dos jornalistas Gentil Telles e Evelásio Vieira. “A Tribuna” lançou ao público o seu primeiro número em 7 de outubro de 1957 e explicava em seu editorial de apresentação: “Apesar de vivermos esmagados no mesmo meio, arrastando trabalho e dificuldades, queremos, sem maiores pretensões, com êste jornal, emprestar a insignificância do nosso esforço a um empreendimento grande, nobre e valioso. Anima-nos, unicamente, a vontade firme e decidida de utilizar, total e completamente, a nossa capacidade de trabalho, a intenção sincera de servir de servos úteis. Pretendemos colher e semear a Verdade. Essa verdade que brota da sua própria natureza e fixa os seus valores na placa dos seus postulados. Jamais nos curvaremos a injunções políticas e interesseiras E aí por diante.

Com 12 paginas, êsse primeiro número, bem impresso, trazia matéria variada, bem distribuída e através da qual já se via a verdadeira orientação do jornal: combater os governos do município e do Estado,

Seguindo o ponto de vista político do Partido Trabalhista Brasileiro, desencadeou tenaz campanha contra os situacionistas da União Democrática Nacional, apontando, falhas e erros, criticando, as vê-

zes acerbamente, a situação dos dirigentes locais.

Não desceu, porém, nunca, aos ataques pessoais e nem à linguagem desaconselhada órgãos de imprensa que se prezem, num meio avêso a tricas e futricas da politicagem.

Formato 33 x 46,5 cm. que conserva, pois o jornal ainda continua, até os dias de hoje, prestando bons serviços à coletividade.

O Dr. Gentil Telles ficou à frente da Direção do jornal até setembro de 1959, quando «A Tribuna» passou, por compra para a propriedade de Germano Biduschi, cidadão que já exercera, por mais de uma vez, o govêrno Municipal e era um dos próceres políticos locais. Evelásio Vieira já havia deixado, em novembro de 1958, de participar da direção, quando Egídio Volpato entrou para a gerência da «A Tribuna», e Pêricles Prade para a sua redação, nelas se conservando até a transferência do jornal.

Dispondo de bons colaboradores «A Tribuna» atravessou todo êsse período, fornecendo matéria variada, não apenas sôbre a situação política e os interesses econômicos e culturais do município, mas igualmente sôbre assuntos de caráter geral. O jornalista Cássio Medeiros, espírito arejado e combativo, mantinha assídua coluna sob o título «Três por Semana»

que despertava muito interesse pela variedade dos assuntos versados e o bom senso com que eram tratados.

Antes de passar para as mãos do seu nôvo proprietário, Germano Biduschi, «A Tribuna» sofreu interrupção na sua publicação, em abril de 1959, tendo reaparecido em 7 de setembro, seguinte. Egídio Volpato figurava ao lado de Biduschi, como diretor.

De acôrdo com nota explicativa, publicada na primeira página, o jornal continuaria a mesma orientação que lhe fôra dada pelos seus fundadores, ou seja «o caminho que palmilharemos será o mesmo em favor do povo». Pouco depois, Volpato deixa de figurar como diretor, permanecendo só o Sr. Germano Beduschi. Já em fevereiro de 1960, entra para a redação Geraldo Luz que dá, pouco depois, o seu pôsto a Waldir Wandall, entrando Nagib Barbieri para a direção. Este último, entretanto, não demora no cargo, pois, já no número seguinte ao em que apareceu, seu nome não mais figura no cabeçalho.

Pelos fins de 1960, entra para a redação Onildo S. de Oliveira que permanece apenas algumas semanas.

Daí por diante, passam a constar, no cabeçalho, apenas Germano Beduschi como proprietário e como colaboradores: Diversos.

Mantendo uma linha de conduta coerente e de elevado nível, «A Tribuna» vem se mantendo dentro de uma trajetória digna de registro e de louvores.

Contando com a colaboração de elementos capacitados, como Geraldo Luz, Álvaro Corrêa e outros que, embora não figurando no cabeçalho do jornal, emprestam-lhe o brilho da sua inteligência e

a sua prática jornalística, «A Tribuna» vem cumprindo galhardamente o seu programa, vencendo tropeços e dificuldades sem conta, sempre presentes em empreendimentos jornalísticos do interior. Germano Beduschi, nesse particular, tem se mostrado também um verdadeiro abnegado, dedicando esforços inauditos em pról do desenvolvimento do seu jornal e, conseqüentemente, da imprensa no Vale do Itajai. Participando de quantas campanhas se têm desenvolvido em pról do progresso de Blumenau e do bem estar do seu povo, «A Tribuna» vai se impondo, cada vez mais, como um órgão orientado por elevados propósitos.

LXXXIII

“BLUMENAU EM CADERNOS”

Esta publicação surgiu em novembro de 1957 em Curitiba. Ali residia, então, o seu fundador J. Ferreira da Silva. Este blumenauense honorário, sempre dedicado ao estudo da história do Vale do Itajai, embora temporariamente afastado do município que chegara a governar de 1938 a 1941, jamais deixou de se interessar pelo desenvolvimento cultural de Blumenau.

Em constante ligação com as principais figuras do mundo intelectual blumenauense, resolveu êle concretizar um projeto que o vinha preocupando há muito: o de dar publicidade, em pequenos cadernos mensais, ao vasto material existente no Arquivo Histórico do Município e, assim, preservá-los para a posteridade.

Os primeiros números foram impressos nas oficinas tipográficas de Max Roessner, passando, posteriormente, os demais, a sê-lo

nas da Gráfica Vicentina, ambas da capital paranaense.

Em 1962, quando «Blumenau em Cadernos» já estava no quinto tomo, Ferreira da Silva retornou a Blumenau, passando a revista a ser impressa em oficinas desta cidade.

De acôrdo com o que se propôs no artigo de apresentação, a revista vem executando um interessante programa de estudo e divulgação dos fastos catarinenses, especialmente dos do Vale do Itajaí, publicando artigos, crônicas, relatórios, cartas e outros documentos históricos, prestando assim, assinalados serviços à coletividade.

«Blumenau em Cadernos» aparece mensalmente em 20 páginas de têxto, formato 16,5 x 23 cm., com capa ilustrada em duas côres. Está, atualmente, no XII tomo, cada um dêles com 12 cadernos, formando já 11 volumes completos com mais de 2.650 páginas. Constitue-se, por essa forma, «Blumenau em Cadernos» o maior acervo impresso de informações históricas de Santa Catarina, tendo acolhido e continuando a ser honrado com a colaboração dos maiores expoentes das letras e da História da nossa terra.

Somos suspeitos para opinar sobre os méritos e préstimos desta publicação. Possuimos, entretanto, em nossos arquivos, centenas de opiniões de destacadas figuras do mundo social e cultural de Santa Catarina e de outros estados da Federação e até mesmo de outros países, tôdas salientando a valiosa atuação de «Blumenau em Cadernos» e a sua contribuição para o maior progresso intelectual barriga-verde.

«Blumenau em Cadernos» é mantido por pequena subvenção dos cofres municipais e por es-

pontâneas contribuições de algumas indústrias e de particulares. Graças a essa cooperação, que nos serve de estímulo, a publicação vai sendo feita com louvável regularidade.

LXXXIV

“ O M O N I T O R ”

Dizendo-se «orgão da juventude social-progressista de Blumenau», surgiu nesta cidade, a 15 de abril de 1958, um jornal quinzenal, sob o título «O Monitor». Era de distribuição gratuita e tinha como diretor Geraldo Luz, como redator Waldir Wandal e como gerente Lourival Nascimento. Os dois primeiros números (15 de abril e 16 de maio, respectivamente) apareceram com seis páginas, no formato de 25,5 x 36,5 cm.

O número 3 data de 2 de junho de 1959 e aparece em formato bem maior: 32 x 47,5 cm., tendo desaparecido do cabeçalho a indicação de orgão da Juventude Social Progressista e os nomes dos responsáveis, constando apenas como «orgão independente do Vale do Itajaí». Já no segundo número, o nome do redator Waldir Wandal tinha sido substituído pelo de Péricles Prade. Foi uma fôlha de orientação política, ligada ao partido chefiado por Ademir de Barros no âmbito nacional. Teve vida curta, mas foi muito combativo, bem feito e com boa colaboração.

LXXXV

“ R E V I S T A A A B B ”

Em janeiro de 1959 apareceu o primeiro número de uma bem feita revista, com 20 páginas, for-

mato 15,5 x 22 cm., órgão da Associação Atlética Banco do Brasil.

A «Revista AA BB», Blumenau, tinha como diretor Edison Müller, diversos redatores, de edição mensal e tinha por sede o Edifício do Banco do Brasil, à rua 15 de Novembro. Era impresso na Tipografia e Livraria Blumenauense S/A.

São do editorial de apresentação esta palavras: «Destinada, especialmente, aos associados da AABB. escudamo-nos, desde já, no elevado espírito de compreensão que sempre nos tem unido, ao nos serem apontados os nossos defeitos. A feitura desta revista deve-se à colaboração imprescindível dos associados. Neste primeiro número apresentamos trabalhos dignos de figurarem nas melhores revistas do país facto que, sobremaneira, nos anima a continuar no campo da luta por muito tempo».

Realmente, tanto êsse primeiro como os demais números da Revista apareceram enriquecidos de

excelente colaboração, artigos e contos bem feitos, bem escritos e de seções variadas, inclusive de palavras cruzadas, esporte, anedotas, piadas, variedades.

As primeiras nove edições saíram sob a direção de Edison Müller, as de números 10 a 21 sob a responsabilidade redatorial de Ary de S. Siqueira, a de nº 22 sob a direção de Rogério Bergonzoni e Edison Müller, figurando, êste último, sozinho, como diretor-redator chefe no número 23. Dêste, até o número 26, o sr. Oswaldo Ladewig.

Com êsse número, correspondente a setembro/outubro de 1966, a Revista encerrou suas atividades. Lamentavelmente, porque foi um órgão de imprensa à altura do preparo intelectual, da experiência e cultura dos rapazes do Banco do Brasil, e que grandemente honrou a imprensa de Blumenau.

O nosso Arquivo Histórico possui tôda a série dos números publicados.



A lei nº 464, de 4 de abril de 1859, elevou à categoria de Vila a Paróquia do Santíssimo Sacramento de Itajaí para ser instalada logo que os moradores aprontassem, à sua custa, a casa para as sessões da Câmara. A paróquia de Itajaí, até então, estava sob a jurisdição do município de São Francisco.



O Tenente Machado, Governador do Estado de Santa Catarina, a 25 de abril de 1893, rompe espetacularmente com o Presidente da República, o Marechal Floriano Peixoto, e lança manifesto, publicado em folheto, expondo as razões do seu ato.

Selos do Brasil há 100 anos

Em 1862, o então Ministro da Agricultura, Pedro de Alcântara Bellegard, apresentava à Assembléia Legislativa o seu relatório. Nesse relatório havia umas «considerações relativas ao melhoramento do Serviço Postal do Brasil», que fazia ao mesmo Ministro o Sr. Luiz Plínio de Oliveira, encarregado de estudar a situação dos correios na Europa. Dessas «considerações» copiamos as seguintes, relacionadas com os selos postais então em uso: «Creio que em país algum há sêlos tão mal feitos e de falsificação tão fácil como são os selos usados pelos nossos correios. A estampa é ordinária, a cola de má qualidade a ponto de descolarem-se os selos das cartas; têm todos uma só côr, sem atenção às diferentes taxas de porte e muitas vêzes cobre-se uma carta com uma infinidade de selos de pequeno valor, para poder-se preencher o porte devido. De tudo isso resulta grande embaraço na marcha do serviço. Compara-se os nossos selos com os selos da Inglaterra e da França e ver-se-á a justeza desta asserção.

Com referência aos selos ingleses acresce que estão êles garantidos contra a fraude de um modo simples e eficaz. Nos quatro ângulos do sêlo estão duas letras do alfabeto colocadas na ordem inversa, de modo a evitar, que

pela junção de pedaços de diversos selos já usados se consiga defraudar a renda do Estado. Ainda mais. Para evitar a separação dos selos uns dos outros, sem o emprêgo da tesoura faz-se o uso da máquina denominada **Perforating machine**, que está generalizado na Inglaterra mesmo para os talões dos banqueiros. Quando parti da Europa, acabava o governo francês de encomendar máquinas semelhantes. Assisti à fabricação dos selos do correio inglês, que feita na mesma casa que tem a seu cargo a fabricação do nosso papel moeda. Visitei a Casa da Moeda, em **Somerset House** e vi funcionar a **Perforating machine**, cuja invensão rendeu ao seu ator o prêmio de 5000 libras, dado pelo govêrno inglês. Êsse mecanismo engenhoso, que custa 600 libras, perfura os selos em roda, sem separá-los inteiramente, e trabalha com incrível prontidão» . . .

Como se vê, os selos brasileiros naquele tempo eram tão feios como os que cem anos depois eram usados. Agora a coisa melhorou. Os selos são bonitos e vão rivalizando com os bons selos do mundo. E há muito tempo já os nossos correios vêm usando as **Perforating machine** que não são mais que as máquinas de picotar, tão comuns hoje.



Emprêsa Industrial

Garcia S.A.

B L U M E N A U — ESTADO DE SANTA CATARINA

Escritório e Fábrica: - Rua Amazonas, 4 906 - Garcia

Enderêço Telegráfico: "GARCIA" - Caixa Postal, 22

Fiação e Tecelagem de Algodão

FIOS DE ALGODÃO DE SUPERIOR QUALIDADE

TOALHAS FELPUDAS DE ROSTO E BANHO

TOALHAS DE MESA — PANO DE COPA

LENÇOS — ROUPÕES, ETC. — ATOALHADOS

CRETONES E OUTROS TECIDOS



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

SETOR BLUMENAU - Cx. Postal, 27 - Al. Duque de Caxias, 63 - End. Tel.: «SETORCELESC»
SANTA CATARINA